

PIRACEMA

Boletim da Assessoria Técnica Independente das Regiões 4 e 5 | Agosto 2024 | nº 13

- Mais três comunidades são assessoradas pelo Guaicuy na Região 5
- Guia atualizado com as principais informações sobre o PTR

▶
**Balneário Reino
dos Lagos**
Pompéu



BRINCAR É COISA SÉRIA

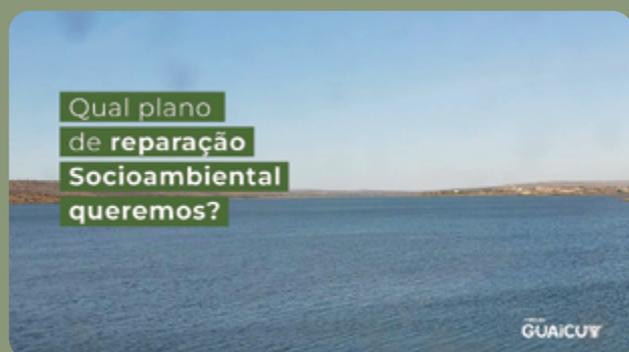
Há quem diga que as cirandas foram inspiradas nas ondas do mar, num movimento contínuo de cantoria e dança que vai e vem. Parte da cultura popular brasileira, ela está presente na educação infantil, na tradição indígena e em múltiplas manifestações políticas e movimentos sociais. Nos eventos e reuniões organizados pelo Guaicuy com as comunidades atingidas pela Vale, as cirandas são espaços construídos junto às crianças e aos jovens que participam dos encontros, onde cabe todo tipo de brincadeira. “Brincar, pra gente, é coisa muito séria. E além de ser uma forma de olhar com presença para as crianças atingidas, as cirandas são uma maneira de possibilitar que as mães participem do processo de reparação, lembrando que muitas dessas mulheres vivenciam uma tripla

jornada”, explica Nathanne Rosa, assistente social e analista do Guaicuy.

Nathanne é uma das pessoas do Instituto que ajudam a construir as metodologias usadas nas cirandas, sempre pensadas de acordo com o contexto de cada território. Se a reunião é com uma comunidade indígena, por exemplo, é necessário estudar e entender a forma como as crianças e os jovens interagem em suas comunidades, para que as atividades façam sentido para quem participa. “É importante levar os materiais certos, de qualidade, para produzirmos arte. Porque a intenção é que de toda ciranda produza coletivamente algo novo, seja uma carta, um texto, uma música, um objeto... Tudo é feito de forma manual, com material reciclado. Não gostamos de usar brinquedos prontos”, explica.

A assistente social conta como as cirandas possibilitam a criação de um vínculo importante com as crianças atingidas pelo rompimento da barragem da Vale. “Sabemos que muitas delas ficam ansiosas para que chegue logo o dia das reuniões, porque sabem que vão brincar, que vai haver uma troca bonita, que elas serão ouvidas e poderão se abrir conosco. É um laço de confiança construído nesses quatro anos de atuação em campo e, para mim, joga luz em um público muitas vezes invisibilizado nesse processo: a criança que teve sua infância interrompida de tantas maneiras pelo atravessamento do rejeito em seu rio, em sua família e em sua vida de uma forma geral”, pontua.

Que haja sempre o direito de brincar!



Aponte sua câmera para o código e assista a uma série de vídeos sobre o Plano de Reparação Socioambiental da Bacia do Paraopeba.

Errata: Na matéria *Caminhos de fé e luta: Tenda Umbandista Rei Congo*, da 12ª edição, erramos o sobrenome do Pai Delsinho. O nome correto dele é Adelson Henrique Vargas de Souza Santos.



JORNALISTA RESPONSÁVEL: Mathias Botelho MTB 10126/PR | **TEXTOS JORNALÍSTICOS:** Camila Bastos, Laura de Las Casas, Laura Garcia e Mathias Botelho | **DIAGRAMAÇÃO E INFOGRAFIA:** Priscila Justina | **REVISÃO:** Camila Bastos, Laura Garcia, Joana Tavares e Mathias Botelho | **COORDENAÇÃO DA COMUNICAÇÃO DA ATI PARAOPEBA:** Joana Tavares | **FOTOGRAFIA DA CAPA:** Paulo Marques

Instituto Guaicuy: Rua Brasópolis, 109 - Floresta, Belo Horizonte | CEP: 30150-170 | (31) 3024-9460

Contato para pessoas atingidas: (31) 97102-5001 | contato@guaicuy.org.br

LEIA TAMBÉM PELA INTERNET: www.guaicuy.org.br | [f/institutoguaicuy](https://www.facebook.com/institutoguaicuy) | [@institutoguaicuy](https://www.instagram.com/institutoguaicuy)



Foto: João Carvalho/Guaicuy

AS CORES CALON

Um baú no quarto de Joala guarda um de seus principais tesouros. São mais de cem vestidos de cores vibrantes, bordados de miçangas, brilhos, rendas e pedrarias. Na casa ao lado, Dara também tem em seu armário um monte dessas relíquias, usadas nas festas de seu povo, famosas por durarem mais de três dias. As vestimentas incrementadas e coloridas são marca registrada dos ciganos Calon. Nessa onda, elas fazem questão de caprichar no estilo, na maquiagem e no perfume, para celebrar as mais diversas datas, seja o batizado de alguma criança da comunidade, uma festa de aniversário ou um casamento. “A gente gosta de cor e festa, e espalhamos isso pelo mundo”, exalta Dara.

Dara e Joala fazem parte de uma pequena comunidade cigana que vive em Beira Rio, distrito de São Gonçalo de Abaeté, nas margens do Rio São Francisco. Desde 2007, cerca de 40 ciganos da etnia Calon habitam a região, divididos em sete casas, e lá se dedicam à pesca, ao turismo e às atividades domésticas, principalmente. Como muita gente da região, eles lutam pelo direito à reparação dos danos causados pela Vale, com o rompimento da barragem em Brumadinho. “A gente vê o rio mudado e tenta entender como vamos refazer nossas vidas, que antes giravam em torno dele”, conta Dara, enquanto olha para o Velho Chico, que flui quase em seu quintal.

Os costumes da cultura cigana prevalecem em meio a uma série de preconceitos e dificuldades, mas são vividos com orgulho pela comunidade Calon. Entre as famílias, é comum ouvir uma língua própria, o *chibi*, que, inclusive, não pode ser ensinada para quem não seja cigano. “É uma forma da gente se comunicar só entre nós, em uma conversa secreta”, revela Dara. O cabelo das mulheres também tem um valor especial para a cultura. Cultivados longos e lisos, elas só cortam quando alcançam uma graça, após promessas e orações. “Consegui alcançar um milagre e por isso cortei o meu da última vez”, conta ela, após afirmar crer na religião católica, como as demais famílias ciganas de Beira Rio.

Por entre as cores, os vestidos rodados, as músicas e os festejos ciganos, existe muita história, riqueza e vontade de lutar por uma vida melhor. “A gente é visto, muitas vezes, de uma forma errada, mas somos gente como qualquer outra gente, merecemos respeito e temos muito a ensinar”, complementa Joala, enquanto guarda as saias em seu baú e organiza os produtos de maquiagem na penteadeira.



Ciganos Calon: luta e resistência em Beira Rio

Aponte seu celular para o código e assista ao documentário.



Foto: Camila Bastos/Guaicuy

A IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO DAS PESSOAS ATINGIDAS PARA A REPARAÇÃO

O rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, em janeiro de 2019, evidenciou a urgência da organização da sociedade civil e da participação popular para conquistar uma reparação justa e efetiva. A resposta a esse desastre-crime não pode ser completa sem a voz e a ação das pessoas atingidas. É nesse contexto que a organização civil se torna central, seja nas instâncias de participação, ou nos grupos auto-organizados formados ou fortalecidos ao longo do território atingido.

“A organização das pessoas atingidas é um direito de todos nós. Só a gente sabe o que passou. Eu comecei a me envolver porque a maioria das pessoas daqui da região é de idade, tem dificuldade com internet, às vezes não tem celular. Eu consegui entrar no Programa de Transferência de Renda (PTR), mas tem muita gente que tem direito e ainda não conseguiu”, reflete Jeane Pereira da Silva. Ela vive em Cachoeira do Choro, comunidade de Curvelo, e é integrante da Comissão Cachoeira do Choro e Encontro das Águas.

Mais do que um direito, a participação popular é fundamental para que o processo de reparação não se

torne apenas um exercício burocrático, mas uma verdadeira resposta às necessidades das pessoas atingidas. Quando a comunidade está engajada e organizada, há maior transparência e eficiência na aplicação dos recursos destinados à reparação.

“Quanto mais organizadas as pessoas atingidas estiverem, maior será a capacidade e possibilidade de que seus direitos e demandas sejam atendidos e respeitados. Organizadas, elas podem dialogar com os gestores do Acordo, bem como comunicar com a sociedade de maneira eficiente, coerente e planejada, através de uma voz coletiva e não de ações individuais isoladas”, avalia Pedro Aguiar, assessor do Instituto Guaicuy.

Outro ponto importante a respeito da organização civil é que ela fortalece o tecido social das comunidades afetadas, promovendo a solidariedade e a cooperação. Ao envolver as pessoas atingidas na tomada de decisões, promove-se um senso de pertencimento e empoderamento, essencial para a recuperação emocional e social das comunidades.

“HOJE AS PESSOAS SE IMPORTAM MAIS UMAS COM AS OUTRAS, PRINCIPALMENTE DEPOIS QUE ALGUNS COMEÇARAM A CONSEGUIR O PTR. FOI TODO MUNDO VENDO QUE A LUTA COLETIVA TRAZ RESULTADOS E HOJE AS PESSOAS ESTÃO ENVOLVIDAS ATÉ NAS QUESTÕES ALÉM DA REPARAÇÃO, COMO NO FORTALECIMENTO DA NOSSA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA”, AFIRMA JEANE.

Além da participação na Comissão, Jeane também colaborou pontualmente com as atividades do *Guerreir@s*, um dos grupos auto-organizados da região, que até o primeiro semestre de 2024 se dedicou com afinco e dedicação na luta pela reparação.

A PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO

A ideia é que esse sistema tenha como objetivo garantir que as pessoas atingidas tenham papel ativo na definição e na implementação das medidas de reparação do Acordo Judicial e nos temas do processo (como as medidas emergenciais ou as indenizações individuais). Ele poderá ser composto por várias instâncias de participação, que vão desde Comissões locais, até fóruns regionais e estaduais.

Dentre essas instâncias, destaca-se o papel das Comissões de Pessoas Atingidas, que nas Regiões 4 e 5,* foram construídas a partir dos Núcleos Comunitários. Esses Núcleos funcionam como células fundamentais na estrutura de participação. Eles reúnem moradores para discutir problemas, identificar necessidades e elaborar propostas de reparação.

COMISSÕES DE PESSOAS ATINGIDAS: VOZ E AÇÃO DAS COMUNIDADES

As Comissões de Pessoas Atingidas são formadas por membros das comunidades impactadas pelo rompimento da barragem. Elas têm um papel multifacetado e atuam, entre outros, como intermediárias entre a comunidade e as instâncias superiores de decisão, como os fóruns regionais e estaduais. Além disso, elas têm a responsabilidade de acompanhar a execução dos projetos de reparação, garantindo que sejam realizados de acordo com os interesses e as necessidades das comunidades.

INSTÂNCIA REGIONAL

As Instâncias Regionais do Sistema de Participação visam garantir a participação efetiva das pessoas atingidas no âmbito de cada regional. Há avanços na organização regional em vários aspectos. Por exemplo, no desenvolvimento de pautas específicas de cada região, como a melhoria das condições materiais das Comissões e a continuidade do trabalho das Assessorias Técnicas Independentes (ATIs). Além disso, há um esforço para integrar as ações com toda a Bacia e fortalecer a comunicação com demais atores do processo, especialmente as Instituições de Justiça. Uma das ferramentas mais fortes para a organização regional é o Encontro Regional de Comissões.

* comunidades do Baixo Paraopeba e do entorno da Represa de Três Marias na divisão das Instituições de Justiça.

GUAICUY INICIA TRABALHO DE ATI COM TRÊS NOVAS COMUNIDADES EM FELIXLÂNDIA E TRÊS MARIAS

As comunidades de Ribeirão do Bagre, em Felixlândia, e de Parque das Gemas e Panorama, em Três Marias, agora contam com assessoramento técnico independente do Instituto Guaicuy. O processo de autorreconhecimento das comunidades como atingidas pelo desastre-crime da Vale ocorreu nos últimos meses, motivado pela inclusão de algumas das regiões nos mapas (poligonais) que a Fundação Getúlio Vargas (FGV) utiliza para definir o critério territorial para inclusão no PTR.

As novas poligonais foram divulgadas pela FGV em fevereiro, e incluíram Panorama e Ribeirão do Bagre (com o nome Riacho do Bagre). “A partir dessa divulgação, a equipe do Instituto iniciou os trabalhos nas comunidades, realizando campos de reconhecimento territorial para verificar as condições e características das áreas afetadas”, conta Tarsila Esteves, supervisora do Guaicuy na Região 5 Leste.

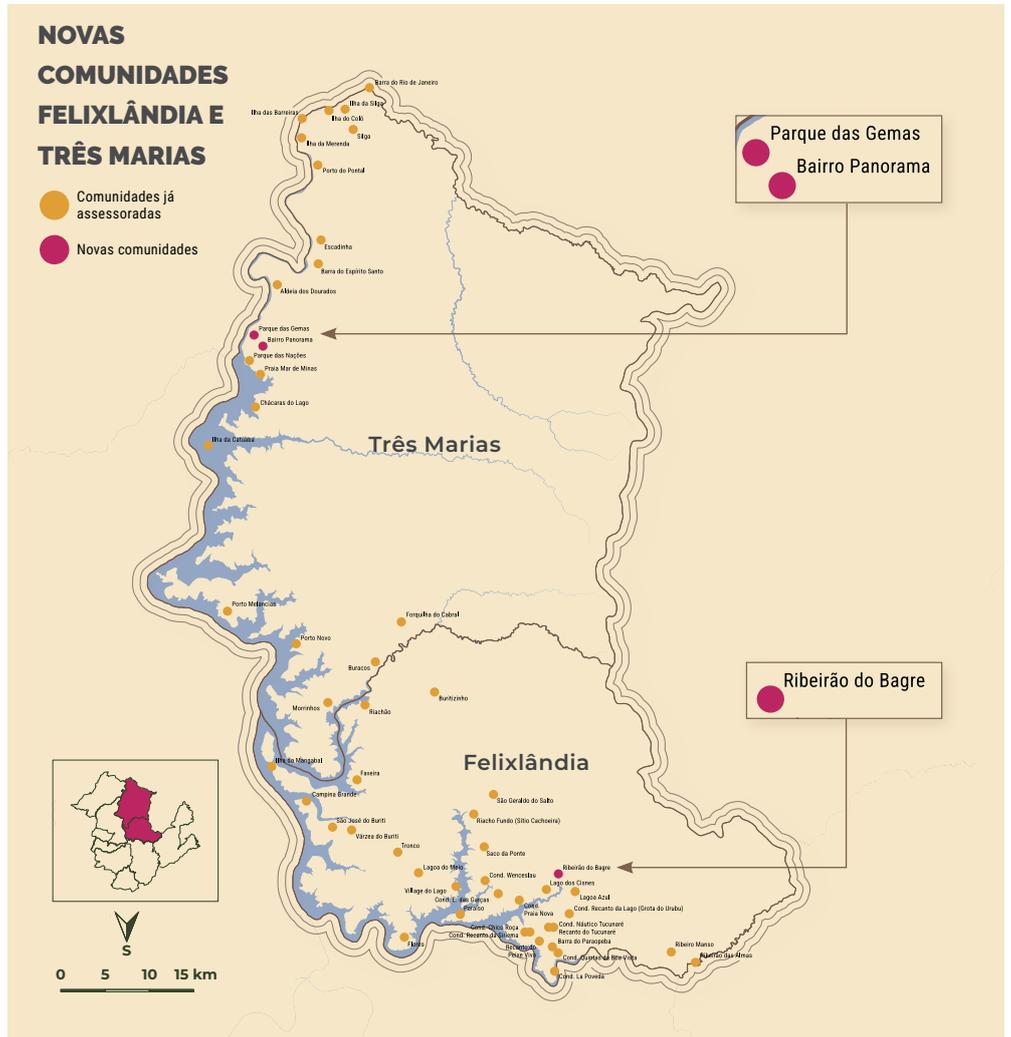
Em 20 de junho, uma reunião comunitária foi realizada em Ribeirão do Bagre. Cerca de 130 pessoas participaram dos debates sobre a origem do Guaicuy, o Acordo Judicial e o PTR. Seis pessoas foram eleitas para compor a Comissão Atingidos do Bagre. Em 26

de junho, foi a vez de 17 pessoas de Panorama se reunirem para debater a reparação e eleger os membros da Comissão Panorama.

“O MOVIMENTO DE AUTORRECONHECIMENTO COMO ATINGIDOS REFLETE A CONSCIENTIZAÇÃO E A DETERMINAÇÃO DOS MORADORES EM LUTAR POR SUAS REIVINDICAÇÕES”, AVALIA TARSILA.

PARQUE DAS GEMAS

Já os moradores do conjunto habitacional Parque das Gemas, localizado dentro do bairro Satélite, organizaram um abaixo-assinado para solicitar a inclusão no PTR, pedindo que a FGV faça uma visita técnica para verificar se a comunidade está dentro do critério de distância de 1km da Represa. Em reunião com o Guaicuy, a comunidade elegeu oito membros para sua Comissão.





UM PASSEIO PELAS FEIRAS DA REGIÃO 5 OESTE

Foto: Gia Dias/Guaicuy

Quem mora ou passa temporadas na margem Oeste da Represa de Três Marias certamente tem uma feira preferida na região. As feiras são ponto de encontro entre produtores e consumidores das verduras, legumes, frutas, laticínios, quitandas, remédios, artesanato e outros produtos locais. Além do potencial econômico, as feiras proporcionam um espaço de trocas, lazer e valorização cultural.

Chegando à região pela BR-060, encontra-se a feira de **Patos do Abaeté**, montada à beira da estrada como porta de entrada do “circuito” da Represa. Estrategicamente localizada, conta tanto com produções locais quanto de povoados vizinhos. Adiante, em **Paineiras**, a feira quinzenal das noites de sábado se consolidou como ponto de encontro da comunidade.

Já a feira de **Vau das Flores** surgiu a partir da Feira de Saúde realizada com o apoio do Instituto Guaicuy, em 2022. No ano seguinte, a comunidade passou a organizar a feira no primeiro domingo de cada mês. As comerciantes de quitandas se organizam para levar produtos diferentes, evitando a concorrência e diversificando as opções, evidenciando o aspecto colaborativo da feira. Além dos produtos locais, como alimentos e artesanato, a feira ainda conta com um bazar.

No centro de **Morada Nova de Minas**, a feira movimentada as manhãs de sábado e conta com almoço caprichado para encerrar as compras da semana. Atendendo à comunidade urbana, a feira reúne produtores das comunidades próximas, promovendo a troca não só de mercadorias mas também de saberes e tradições.

Morada Nova de Minas, Abaeté e Paineiras estão entre os municípios que receberam “kits feira” do projeto da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária

e Abastecimento de MG (Seapa) contemplado pelo **Anexo 1.3** – Projetos para Fortalecimento de Serviços e Políticas Públicas nos municípios atingidos pelo rompimento da barragem da Vale.

Mais que comércio e lazer, “as feiras são uma forma de contar um pouco sobre o lugar, através do que é produzido lá”, diz Jéssica dos Santos, supervisora do Guaicuy na Região 5 Oeste. Ela acredita que as feiras “podem ser um ponto a partir do qual as pessoas podem pensar em projetos para o **Anexo 1.1**, por exemplo”. O Anexo 1.1 do Acordo Judicial de Reparação contempla projetos para trabalho e renda, cultura, esporte e lazer, saúde e qualidade de vida, e está sendo construído pelas Comissões de Pessoas Atingidas, junto à Entidade Gestora.



Foto: Gia Dias/Guaicuy

VOCÊ TEM DÚVIDAS SOBRE O PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA (PTR)? *Confira as informações a seguir!*

O que é?

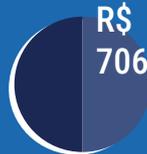
Ele é o **Anexo 1.2 do Acordo Judicial de Reparação**, firmado em fevereiro de 2021 entre a Vale e o Poder Público. Visa garantir condições materiais e dignidade para as pessoas que vivem nas comunidades atingidas pelo rompimento da barragem, enquanto aguardam a reparação pelos danos sofridos.

Quais são os valores?

O valor total destinado ao PTR é de **R\$ 4,4 bilhões**. Essa quantia (inclusive rendimentos) deve ser inteiramente aplicada no programa. Segundo a FGV, até junho de 2024, mais de 140 mil pessoas estavam recebendo os pagamentos mensais. Os valores pagos a cada pessoa nas Regiões 4 e 5 são:

PESSOAS ADULTAS

½ (meio) salário mínimo =



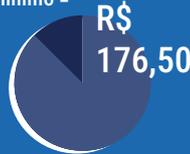
ADOLESCENTES

¼ (um quarto) do salário mínimo =



CRIANÇAS

⅛ (um oitavo) do salário mínimo =



Quem gerencia?

A gestora do PTR é a **Fundação Getúlio Vargas (FGV)**. Ela é a empresa responsável pelos cadastros, pela análise dos cadastros e pelos pagamentos.

FGV PTR

CPF



Quem tem direito?

Segundo os critérios estabelecidos pelas Instituições de Justiça, têm direito ao PTR as pessoas que residiam, em janeiro de 2019 (data do rompimento da barragem), nas comunidades localizadas a até **1 km do Rio Paraopeba ou da Represa de Três Marias, com renda familiar mensal inferior a 10 salários mínimos**.

Estou dentro dos critérios. Como acessar o PTR?

É possível se cadastrar no PTR pelo site ptr.fgv.br ou no **posto de atendimento presencial da FGV** na sua região. É necessário apresentar **documento de identificação, dados bancários e comprovante de residência** datado da época do rompimento da barragem. A lista completa de documentos exigidos está disponível no site da FGV.

A FGV oferece os seguintes canais de atendimento sobre o PTR:

Site: ptr.fgv.br | E-mail: pagamentoptr@fgv.br |

Telefone: 0800 032 8022 | Postos de atendimento

(funcionam de terça a sábado, das 8h às 17h):

Região 4:

Av. Capitão Joaquim Antônio, 823, São Francisco, **Pompéu**.

Região 5:

Praça do Santuário, loja 5, bloco B, Centro, **Felixlândia**.

Atenção: as *Assessorias Técnicas Independentes (ATIs)* não têm acesso ao banco de dados do PTR. Embora prestem auxílio às pessoas atingidas em relação ao programa, funcionários do Guaicuy não têm como garantir ou acelerar a aprovação de cadastros, verificar pendências ou informar as razões de qualquer problema nos pagamentos.